

VISA - Contrato de adesão - Empresas

Caixa Económica de Cabo Verde

Agência	Conta D.O	Nº Cliente
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Empresa

Nome a gravar no cartão

Utilizador

Limite de crédito atribuído

\$ Classic Gold

Nome

Email*

Nome a gravar no cartão

I- Definições

* Preenchimento obrigatório

Para efeitos do presente Contrato, são utilizadas as seguintes expressões e definições:

- **Cartão de Crédito** (doravante designado por **Cartão**): meio de pagamento que possibilita ao seu Titular efectuar o pagamento de bens e serviços adquiridos nos estabelecimentos comerciais pelo montante acordado entre o Titular e o vendedor, bem como efectuar operações de levantamento em numerário (cash advance) na rede de ATMs (Caixas Automáticas) e aos balcões de bancos aderentes ao sistema Visa. Cada Cartão tem um e apenas um Titular. Todo e qualquer Cartão está associado a uma Conta-cartão, podendo esta ter associado mais de um cartão (contas Colectivas).

- **Conta Cartão** (doravante designada por **Conta**): registo electrónico das quantias em dívida ou pagas à Caixa que sejam resultantes do uso e/ou titularidade do Cartão ou Cartões associados à mesma Conta. As Contas podem ser Singulares (quando têm apenas um Cartão e um Titular associados) ou Colectivas (quando têm mais do que um Cartão e um Titular). A responsabilidade perante Caixa sobre as contas colectivas é solidariamente assumida pelos vários Titulares da mesma, independentemente do tipo de titularidade.

- **Titular**: pessoa singular, que assume a responsabilidade pelo uso correcto e manutenção do Cartão e dos seu elementos adicionais (PIN, Códigos Secretos, etc.), bem como pelos valores devidos à Caixa pela utilização e/ou titularidade do mesmo e que são registados na respectiva Conta que está associada ao seu Cartão. Os Titulares podem ser primeiros ou segundos Titulares.

- **Limite de Utilização**: limite pecuniário máximo de uso autorizado e que corresponde ao valor máximo acumulado a que pode ascender, em cada momento, o montante total das operações efectuadas pelo Titular com o seu Cartão e ainda não pagas à Caixa. O Limite de Utilização pode ser definido em função do Cartão e/ou da Conta; no caso de Contas Colectivas, o Limite de Utilização definido para Conta condiciona o Limite de Utilização de cada Cartão.

II- Celebração modificação e cessação do contrato

1- Ao subscrever a proposta de Adesão, o requerente adere às Condições Gerais de Utilização, Direitos e deveres das Partes, que se obriga a cumprir.

É da exclusiva competência da Caixa a decisão quanto à atribuição do Cartão. Após a atribuição do Cartão, o Requerente passa a ser Titular, sendo-lhe enviada por via postal a informação necessária sobre o Cartão. Esta informação considera-se recebida no 7º dia após o seu envio, excepto se o Titular informar a Caixa que não recebeu.

O Titular do cartão físico receberá ainda por via postal e separadamente um Código Pessoal Secreto (PIN) que lhe permitirá efectuar operações de levantamento de dinheiro e validar transacções em comerciantes. O Titular do cartão físico pode ainda requerer uma Identificação e um Código Secreto (CS) para efectuar transacções em ambientes aberto (Internet, WAP, Televisão Interactiva).

2- O Cartão, que é propriedade da Caixa, será emitido em nome do Titular para uso exclusivo, sendo pessoal e intransmissível. O cartão físico deve ser destruído pelo Titular quando (i) expirar a respectiva validade, (ii) for substituído, (iii) cancelado definitivamente ou (iv) logo que o presente contrato cesse a sua vigência tudo sob pena de o Titular poder ser responsabilizado pela respectiva utilização indevida.

3- O cartão terá um prazo de validade que for fixado pela Caixa, constando o mesmo da comunicação a que se refere a Cláusula 1 e que, no caso do cartão físico, estará inscrito no plástico. A Caixa poderá proceder a sua renovação, desde que o Titular a isso não se tenha oposto nos 30 dias que precedem o termo desse prazo.

4- O Titular pode renunciar, a todo tempo, à utilização do cartão, rescindindo por escrito o Contrato, continuando a ser responsável pelo pagamento integral à Caixa de todas as quantias que lhe sejam devidas pela utilização do Cartão, pelo que a rescisão só produz efeitos após efectuado o pagamento integral dessas quantias.

A Caixa, tendo em consideração informações de ordem financeira e comercial, e outras circunstâncias que considere relevantes, fixará e comunicará ao Titular, o Limite de Utilização a vigorar. A Caixa poderá a todo o tempo alterar o Limite de Utilização vigente e analisará e decidirá sobre qualquer pedido que o Titular lhe submeta. Todas as alterações do Limite de Utilização serão comunicadas por escrito ao Titular. No caso das Contas Colectivas, o Limite de Utilização de cada um dos Cartões emitidos é comunicado por escrito ao respectivo titular. A Caixa reserva-se no direito de não aceitar quaisquer transacções que excedam o Limite de Utilização da Conta Cartão, bem como, no caso de o Limite de Utilização ser excedido, cobrar um encargo pela prestação deste serviço adicional, aplicando-se-lhe o preço que actualmente é o que consta da tabela em anexo.

5- A Caixa poderá, sem prejuízo da obrigação de o Titular efectuar o pagamento das quantias de que seja devedor, solicitar por escrito a restituição do cartão físico, cancelar o Cartão ou inibir temporariamente o seu uso ou o de alguma das suas facilidades ou serviços, nos seguintes casos:

- Se o Contrato cessar, por qualquer forma, os seus efeitos;
- Sem aviso prévio, se tiver ocorrido uso abusivo por parte do Titular;
- Sem aviso prévio e para protecção do Titular, quando ocorram fundadas razões de segurança e, nomeadamente, se a Caixa for informada ou tiver conhecimento de que ocorreu perda ou extravio, furto, roubo ou falsificação do Cartão, comunicando-o ao Titular e atribuindo-lhe um novo Cartão;
- Sem aviso prévio, se tiver conhecimento de qualquer uso fraudulento ou de qualquer irregularidade de que possa resultar um prejuízo sério para a Caixa, para o Titular ou para o sistema de cartões, devendo comunicá-lo imediatamente, e por escrito ao Titular;
- Se o Titular violar as condições contratuais acordadas e nomeadamente, incorrer em mora ou incumprimento das condições de pagamento da dívida;
- Se o Titular for inibido do uso de cheque;
- No caso de Contas Colectivas, se algum dos Titulares violar as condições contratuais acordadas;
- Caso ocorra alteração relevante da situação patrimonial do Titular.

6- O presente Contrato pode ser rescindido por qualquer das partes, nos termos gerais do Direito. A Caixa pode, designadamente, rescindir este Contrato de imediato o Cartão mediante comunicação escrita enviada ao Titular sob registo postal, com aviso de recepção, nos seguintes casos:

- Quando tenha sido declarada falência, insolvência ou declaração judicial de inabilitação ou interdição do Titular do Cartão;
- Quando tenha ocorrido violação reiterada do Limite de Utilização e/ou das condições de pagamento pelo Titular;
- Quando o Titular revogue ilegítimamente ordens que tenha dado de utilização do Cartão;
- Quando se verifique serem falsas ou incorrectas as informações prestadas na Proposta de Adesão ou respectivas actualizações;
- Quando se verifique que o Titular, por negligência grave ou dolo grosseiro, tenha provocado dano à Caixa, ou qualquer outro operador ou interveniente nas operações de pagamento ou crédito.

A rescisão do Contrato importa o imediato vencimento da dívida, a qual será exigível pela sua totalidade devendo o Titular proceder ao seu pagamento integral e restituir de imediato o cartão físico à Caixa, devidamente inutilizado, perdendo o direito a todos os benefícios e regalias associados à titularidade e/ou uso do Cartão.

7- A Caixa pode proceder a modificações no clausulado deste Contrato, desde que decorram de exigências legais ou relacionadas com sistemas internacionais e regras de segurança, as quais serão aplicáveis 30 dias após a sua comunicação por escrito ao Titular. Discordando dessas modificações, poderá o Titular rescindir o Contrato, também mediante comunicação por escrito dentro do mesmo prazo. A Caixa pode, por alterações de circunstâncias, nomeadamente variações de mercado, alterações legais ou outras, modificar as taxas e os encargos devidos pela titularidade e/ou uso do Cartão e que actualmente são os referidos na Cláusula 15. O Titular será informado de qualquer modificação através de comunicação escrita, nomeadamente junto do Extracto de Conta, e a mesma só entrará em vigor decorridos pelo menos 30 dias sobre a data dessa comunicação.

8- A atribuição, renovação ou reactivação do Cartão podem ficar dependentes da aceitação, pelo Titular, de condições contratuais específicas, a indicar pela Caixa, nomeadamente quanto ao calendário e/ou garantias que assegurem o pagamento das quantias que forem devidas à Caixa.

VISA - Contrato de adesão - Empresas

Caixa Económica de Cabo Verde

III- Uso do cartão, encargos e forma de pagamento

9- O Titular deve assinar o cartão físico imediatamente após a sua recepção, tomando as precauções adequadas para não tornar acessíveis a terceiros o seu PIN e o seu CS referidos na Cláusula 1.

10- Para realizar uma transacção o Titular deve:

a) Se for presencial, apresentar o cartão físico, conferir e assinar o talão referente à transacção com assinatura igual à que consta do painel de assinatura do seu Cartão ou, se for o caso, introduzir o seu PIN, guardar cópia do referido talão e provar a sua identidade quando lhe for solicitado.

b) Se for não presencial,

i. sendo por escrito ou por telefone:

Indicar na ordem de pagamento (i) o nome, (ii) o número do Cartão, (iii) a data de validade e (iv) o respectivo Código para Verificação da Validade do Cartão (conjunto dos 3(três) últimos algarismos impressos no painel de assinatura). No caso de ordem por escrito, deve ainda (v) assinar a ordem com assinatura igual à que consta do painel de assinatura do seu Cartão.

II. em ambientes abertos (Internet, WAP, Televisão Interactiva):

Ao utilizar o Cartão, deve introduzir a Identificação e o CS referidos na Cláusula 1. associados a esse Cartão, seguindo as indicações do serviço de pagamentos utilizado para o efeito.

A Caixa poderá não aceitar quaisquer transacções feitas em ambientes abertos nos casos em que o Titular pretenda efectua-las por modo diverso daquele para o efeito indicado nesta Cláusula. É interdita a utilização do Cartão em transacções ilegais de qualquer natureza, nomeadamente as que respeitam ao pagamento de serviços relacionados com pedofilia. No caso de transacções efectuadas em ambientes abertos a interdição abrangente, ainda, as transacções relativas a jogos de fortuna e Azar, pelo que o Titular se compromete a não o utilizar sob pena de cancelamento do Cartão pela Caixa, sem aviso prévio.

No caso de ordens de pagamentos recorrentes, é dever e responsabilidade do Titular, sempre que se verifiquem alterações do número ou do prazo de validade ou do estado do Cartão, informar dos factos as entidades às quais tenha dado essa ordem.

11- O Titular do Cartão confirma a transacção e reconhece-se devedor do seu valor à Caixa, salvo prova sua em contrário:

a) ao assinar o talão;

b) ao introduzir e validar o seu PIN nas operações em ATMs e Terminais de Ponto de Venda com ou sem Operador;

c) ao introduzir a Identificação e o CS ou ao utilizar os elementos que lhe forem fornecidos para efeito e validar os elementos da compra, nas operações efectuadas em ambientes abertos.

Nos casos de utilização do Cartão em ATMs, em Terminais de Ponto de Venda sem Operador ou em ambientes abertos, o Titular reconhece o débito pela Caixa dos valores registados electronicamente e transmitidos à Caixa, salvo prova sua em contrário.

12- Na rede de Caixas Automáticas e de balcões de bancos aderentes ao sistema de cartão, se não for indicado expressamente ao Titular outro montante, o valor máximo permitido para levantamentos em numerário a crédito é de USD 500,00 de 4 em 4 dias, aplicando-se-lhe o preço que actualmente é o que consta da tabela em Anexo.

A utilização daquele valor dependerá sempre do Limite de Utilização a cada momento disponível e da regularidade da Conta e do cartão físico.

13- O Titular não poderá revogar ou rejeitar a ordem de pagamento que tenha dado à Caixa nos termos referidos nas Cláusulas 10 e 11.

Quando o Titular solicitar a anulação de uma ordem de pagamento respeitante a transacções efectuadas ao abrigo de um contrato celebrado à distância, e desde que com fins que não pertençam ao âmbito da sua actividade profissional, e alegar que terá havido utilização fraudulenta do Cartão, a Caixa processará a restituição do montante debitado para pagamento, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data em que o Titular formule, fundamentalmente, esse pedido.

A restituição a que se alude no parágrafo anterior não prejudique o direito de a Caixa exercer o direito de regresso nos termos legalmente regulamentados.

O Titular aceita que a Caixa é alheia a quaisquer incidentes ou litígios que ocorram entre si e o estabelecimento onde pretenda usar ou tenha usado o Cartão, nomeadamente o relativo à qualidade dos serviços prestados, salvo se referentes a recusa ilegítima de aceitação do Cartão.

A Caixa não é responsável por problemas ou dificuldades na utilização do Cartão resultantes de deficiências no funcionamento de equipamentos ou na transmissão electrónica de dados, designadamente no que concerne à efectivação da transacção.

14- A Caixa enviará mensalmente ao Titular (1º Titular no caso das Contas Colectivas) um Extracto da sua Conta, contendo: (i) as referências e os valores das transacções efectuadas, pagas pela Caixa em nome do Titular, (ii) os valores que por este sejam devidos à Caixa pela prestação de serviços, (iii) os valores respeitantes a correcções ou movimentos de estorno quando devidos, (iv) os valores respeitantes a anuidades, juros, impostos e encargos devidos a serviços solicitados pelo Titular à Caixa e que se encontram afixados de acordo com a Lei e (v) os pagamentos que tenham sido efectuados pelo Titular à Caixa.

A data de emissão do Extracto de conta é designada pelo Titular quando preenche a Proposta de Adesão ao Cartão, sendo-lhe confirmada aquando do envio do Cartão e, posteriormente, em cada Extracto de Conta mensal. O Titular deve conferir os dados constantes do Extracto de Conta e comunicar, por escrito, à Caixa qualquer inexactidão até à data limite de pagamento nela indicada. Findo esse prazo, consideram-se reconhecidos como exactos os valores a pagar.

15- O montante em dívida indicado no Extracto de Conta pode ser pago de uma só vez no prazo de 20 dias após a data da sua emissão; o Titular poderá, porém, efectuar o pagamento em prestações mensais não inferiores a 15% do valor total em dívida, caso em que serão debitados juros sobre o saldo que ficar em dívida.

a. Os juros serão calculados a partir da data de emissão do Extracto de Conta, a uma taxa mensal cujo o valor é comunicado ao Titular na Proposta de Adesão e, posteriormente, junto ao Extracto de Conta mensal sempre que sofra alterações. A informação sobre a taxa de juro pode, ainda, ser obtida pelo Titular a todo o momento, através de contacto para a Caixa.

b. No caso de o Titular não efectuar o pagamento mínimo obrigatório, dentro do prazo indicado no Extracto de Conta, a Caixa reserva-se no direito de cobrar uma penalização, aplicando-se-lhe o preço de acordo com o indicado em Anexo.

c. Encargos fiscais, bem como montantes em dívida de valor inferior ou igual a 7.000\$ (anuidade do cartão) ou que excedam o Limite de Utilização, devem ser sempre pagos na totalidade;

d. Em caso de não cumprimento integral, por parte do Titular, da obrigação de pagamento mínimo acima referido, a Caixa poderá exigir do Titular em mora, quando esta se prolongue por mais de 60 dias, e até efectivo pagamento da obrigação, juros à taxa moratória máxima legal para operações comerciais, contados desde a data do vencimento da obrigação;

e. Os pagamentos parcelares serão imputados, sucessivamente, a juros e ao capital em dívida;

f. Se o Titular optar por efectuar os pagamentos por débito bancário com ordem permanente, deve remeter à Caixa a autorização do débito bancário por si assinada. Enquanto não constar do Extracto de Conta a referência ao pagamento por débito bancário, o Titular deverá pagar os montante por si devidos através de cheque, de acordo com instruções constantes do próprio Extracto.

16- Todas as operações efectuadas com o Cartão são convertidos em Dólares Americanos e posteriormente convertidos em Escudos Caboverdianos. As taxas de câmbio são determinadas pelo Sistema Internacional sob o qual o cartão for emitido, com base nas taxas das três principais Praças cambiais mundiais no dia da conversão.

17- Os Encargos que a Caixa poderá cobrar pela utilização dos serviços objecto deste Contrato são, para além dos referidos na Cláusula 16, os que incidem sobre (i) as operações efectuadas ou processadas a nível Nacional ou Internacional, (ii) as operações de levantamento de dinheiro (cash advance) e, ainda, (iii) encargos devidos a serviços solicitados à Caixa, que se encontram afixados de acordo com a Lei e acessíveis a qualquer Titular.

b. Pela aquisição de quaisquer produtos, serviços ou benefícios adicionais ou acessórios que, sejam propostos pela Caixa ao Titular, este autoriza a Caixa a debitar para os devidos efeitos o respectivo valor na sua Conta.

c. A Caixa pode exigir ao Titular as despesas e encargos em que incorra para cobrar, judicialmente ou extra-judicialmente, os seus créditos.

IV- NORMAS DE SEGURANÇA E COMUNICAÇÕES ENTRE A Caixa E O TITULAR

16- O Titular é responsável pela guarda, utilização e manutenção correctas do Cartão, não podendo facultar o seu uso a terceiros. O Titular deve adoptar as precauções adequadas de forma a não tornar acessíveis a terceiros o seu PIN (se aplicável) e o seu CS referidos na Cláusula 1. O Titular será responsabilizado pelos danos que resultem para a Caixa ou para terceiros pelo uso indevido do Cartão se, de alguma forma, o permitir ou facilitar.

17- O Titular de comunicar à Caixa, de imediato e pelo meio mais rápido que lhe for possível:

a) A não recepção do Cartão ou do Extracto de Conta no prazo previsto;

b) A perda, furto, roubo ou falsificação do Cartão ou dos meios que permitam a sua utilização;

c) O registo na sua Conta de qualquer transacção que não tenha sido por si efectuada;

d) Qualquer erro ou anomalia na gestão da sua Conta Cartão por parte da Caixa.

As comunicações previstas no ponto b. deverão ser participadas às autoridades públicas competentes, sendo facultada à Caixa a respectiva comprovação.

Quaisquer comunicações do Titular à Caixa poderão, observadas as normas de segurança e controlo em vigor.

A responsabilidade do Titular pelo valor das transacções irregulares efectuadas com o Cartão, em consequência da perda, extravio, furto ou roubo do mesmo, cessa (salvo quando o Titular tenha agido fraudulento ou negligentemente) no momento em que a comunicação devida pelo Titular tiver sido recebida na Caixa, ou no Centro Visa existente para esse fim, através dos números de contacto para efeitos indicados.

18- A Caixa é responsável, perante o Titular, pelo registo incorrecto de qualquer transacção, nos termos gerais de Direito, excepto ocorrendo dolo ou negligência do Titular. Em caso de diferendo entre a Caixa e o Titular, o ónus de prova cabe a quem invocar o facto a seu favor.

Em caso de diferendo relativo a operação electrónica não autorizada pelo Titular, o ónus da prova cabe à Caixa, obrigando-se o Titular a prestar a sua melhor colaboração, designadamente prestando-lhe as informações e facultando cópia dos documentos que esta lhe solicitar, relativos à operação em causa.

19- No caso de Contas Colectivas, salvo indicação expressa em contrário, o 1º Titular representará os restantes Titulares para efeitos de recepção de quaisquer comunicações, considerando-se estas feitas a todos os Titulares.

20- Quaisquer comunicações escritas que a Caixa remeta ao Titular serão enviadas para o endereço por este indicado, que se obriga a manter actualizado, o qual, para efeitos de qualquer comunicação, incluindo citação ou notificação judicial, se considera ser o domicílio conveniado.

21- Para as questões emergentes do presente Contrato e dos actos praticados em consequência dele, será unicamente competente o Foro da Comarca de Praia.

Data e assinaturas

Toma-se conhecimento e aceitam-se plenamente as condições gerais de utilização. Autoriza-se o débito, pela totalidade do saldo em dívida, na conta de depósito à ordem acima indicada, bem como das despesas efectuadas com o (s) cartão (ões) e seus custos de funcionamento.

Data, carimbo e assinaturas da
empresa assinatura do utilizador

<input type="text"/>
<input type="text"/>
<input type="text"/>
<input type="text"/>